

O procurador-geral de Justiça do DF e Territórios, Leonardo Bessa recebeu representação da deputada distrital Celina Leão (PDT-DF). No documento ela solicita a intervenção do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para que não seja expedido o Habite-se do prédio. A deputada afirma na representação que o governador Agnelo Queiroz (PT) teria transformado a obra em utilidade pública para acelerar a obtenção de documentos de alvará sem seguir as exigências contidas no Relatório de Impacto de Trânsito (RIT). Agnelo tem como meta inaugurar a obra ainda este ano.

Texto e Foto Francisco Welson Ximenes